

Prova de Conhecimentos
Procedimento Concursal Comum – Assistente Técnico
Aviso (Extrato) n.º 11570-A/2019

A prova que vai realizar é composta por 20 questões de resposta múltipla e tem a duração de 60 minutos.

Cada resposta certa é valorada com 1 valor.

A ausência de resposta ou resposta errada será valorada em zero valores.

Em cada pergunta, é apresentado um texto seguido de quatro afirmações: a, b, c, d.

Só uma das hipóteses de resposta está totalmente correta.

Deverá assinalar a opção (a, b, c, d) na folha de respostas.

Não sendo perceptível a resposta seleccionada, a mesma será considerada como ausência de resposta.

Os candidatos só poderão sair da sala 10 minutos após a PC se ter iniciado.

Em caso de desistência de realização da prova, o candidato fará menção expressa desse facto no enunciado.

A identificação do candidato apenas é feita na zona indicada da folha de respostas.

A classificação da prova de conhecimentos será feita sob anonimato.

Durante a realização da prova não será autorizada a utilização de telemóveis, computadores portáteis ou qualquer outro aparelho eletrónico ou computadorizado.

Bom Trabalho.

1. Escolha a opção que identifica corretamente quais são os deveres do trabalhador:
 - (A) O dever de prossecução do interesse público, de zelo, de obediência e de justiça.
 - (B) O dever de zelo, de obediência, de imparcialidade e de justiça.
 - (C) O dever de prossecução do interesse público, de zelo, de assiduidade e de gestão financeira.
 - (D) O dever de obediência, de assiduidade, de informação e de correção.

2. O vínculo de emprego público pode revestir as seguintes modalidades:
 - (A) Contrato de trabalho em funções públicas, designação e requisição.
 - (B) Contrato de trabalho em funções públicas e destacamento.
 - (C) Contrato de trabalho em funções públicas, nomeação e comissão de serviço.
 - (D) Nenhuma das anteriores.

3. O trabalhador em funções públicas tem direito a um período de férias remuneradas em cada ano civil, com a duração de 22 dias úteis, aos quais poderá acrescer:
 - (A) 1 dia útil de férias por cada 10 anos de serviço efetivamente prestado.
 - (B) 1 dia útil de férias por cada 5 anos de serviço efetivamente prestado.
 - (C) 2 dias úteis de férias por cada 10 anos de serviço efetivamente prestado.
 - (D) 1 dia útil por cada 5 anos de serviço efetivo mais 1 dia útil em função da idade.

4. Não são consideradas faltas justificadas:
 - (A) As motivadas pela necessidade de realização de consulta médica para acompanhamento do cônjuge.
 - (B) As dadas durante 18 dias seguidos por altura do casamento.
 - (C) As dadas por candidatos a eleições para cargos públicos, durante o período legal da respetiva campanha eleitoral.
 - (D) As motivadas pela necessidade de submissão a métodos de seleção em procedimento concursal.

5. O empregador público pode recusar a concessão de licença sem remuneração não tipificada ao trabalhador:
 - (A) Quando a antiguidade do trabalhador no órgão ou serviço seja inferior a 5 anos.
 - (B) Quando o trabalhador não tenha requerido a licença com uma antecedência mínima de 120 dias em relação à data do seu início.
 - (C) Quando exista inconveniente para o normal funcionamento do serviço.
 - (D) Não pode recusar.

6. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), enquanto órgão da Administração Pública, deve atuar em obediência à lei e ao direito:
- (A) Em respeito ao Princípio da igualdade.
 - (B) Em respeito ao Princípio da justiça.
 - (C) Em respeito ao Princípio da responsabilidade.
 - (D) Em respeito ao Princípio da legalidade.
7. Na prossecução do interesse público, a Administração Pública deve adotar os comportamentos adequados aos fins prosseguidos, sendo este o corolário do:
- (A) Princípio da imparcialidade.
 - (B) Princípio da proporcionalidade.
 - (C) Princípio da boa administração.
 - (D) Princípio da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos.
8. Os órgãos da Administração Pública têm o dever de se pronunciar sobre todos os assuntos da sua competência que lhes sejam apresentados em respeito ao:
- (A) Princípio da participação.
 - (B) Princípio da boa-fé.
 - (C) Princípio da decisão.
 - (D) Princípio da transparência.
9. Os interessados têm o direito a ser informados pelo responsável pela direção do procedimento, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos procedimentos que lhes digam diretamente respeito, bem como o direito de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas, no prazo máximo de:
- (A) 5 dias úteis.
 - (B) 8 dias.
 - (C) 10 dias úteis.
 - (D) 15 dias.

10. À contagem dos prazos previstos no Código do Procedimento Administrativo são aplicáveis as seguintes regras:
- (A) Inclui-se na contagem o dia em que ocorre o evento.
 - (B) Considera-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial.
 - (C) O prazo fixado em menos de 6 meses não se suspende nos sábados, domingos e feriados.
 - (D) O termo do prazo que coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o último dia útil anterior.
11. São atribuições do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF):
- (A) Reconhecer o direito ao reagrupamento familiar apenas em território nacional.
 - (B) Emitir parecer relativamente à emissão do Cartão de Cidadão.
 - (C) Conceder vistos, prorrogações de permanência, autorizações de residência e documentos de viagem em território nacional.
 - (D) Emitir parecer sobre todos os processos de concessão de nacionalidade portuguesa.
12. O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) estrutura-se verticalmente e compreende serviços operacionais e serviços de apoio. Qual das alíneas corresponde a serviços operacionais?
- (A) As Direções Regionais.
 - (B) O Gabinete de Asilo e Refugiados.
 - (C) Os núcleos regionais de investigação e fiscalização.
 - (D) O Gabinete de Apoio às Direções Regionais.
13. Quais são as Direções Regionais do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)?
- (A) Direção Regional de Lisboa, Direção Regional de Coimbra, Direção Regional do Porto, Direção Regional de Faro, Direção Regional dos Açores e Direção Regional da Madeira.
 - (B) Direção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Direção Regional do Alentejo, Direção Regional do Centro, Direção Regional do Norte, Direção Regional do Algarve, Direção Regional dos Açores e Direção Regional da Madeira.
 - (C) Direção Regional de Lisboa, Alentejo e Centro, Direção Regional do Porto, Direção Regional de Faro, Direção Regional dos Açores e Direção Regional da Madeira.
 - (D) Direção Regional de Lisboa, Vale do Tejo e Alentejo, Direção Regional do Centro, Direção Regional do Norte, Direção Regional do Algarve, Direção Regional dos Açores e Direção Regional da Madeira.

14. Qual das seguintes unidades orgânicas não pertence à estrutura orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)?
- (A) Gabinete Jurídico.
 - (B) Gabinete de Apoio às Direções Regionais.
 - (C) Gabinete de Operações.
 - (D) Gabinete de Sistemas de Informação.
15. Qual das seguintes alíneas corresponde a uma Delegação Regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)?
- (A) Delegação Regional de Sintra.
 - (B) Delegação Regional de Albufeira.
 - (C) Delegação Regional de Sines.
 - (D) Delegação Regional de Cinfães.
16. A recusa da emissão de qualquer um dos vistos definidos na Lei n.º 23/2007, na sua atual redação, pode fundamentar-se em:
- (A) O requerente não possuir residência ou morada em território nacional.
 - (B) O requerente não possuir qualquer vínculo familiar em território nacional.
 - (C) O requerente ter sido condenado por crime que em Portugal corresponda a uma pena de prisão até 10 meses.
 - (D) O requerente de Estado terceiro constituir uma ameaça para a ordem pública, segurança ou defesa nacional ou a saúde pública.
17. Aos titulares de visto de residência pode ser prorrogada a permanência, pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para além do prazo concedido pelo posto consular onde o mesmo foi emitido?
- (A) Pode, até ao limite da validade do passaporte.
 - (B) Pode, até um limite de 90 dias.
 - (C) Pode, desde que o seu titular esteja ausente de Portugal para além da validade do seu visto de residência.
 - (D) Pode sempre, sem qualquer limite de dias.

18. A autorização de residência compreende dois tipos:

- (A) Autorização de residência provisória e autorização de residência duradoura.
- (B) Autorização de residência temporária e autorização de residência permanente.
- (C) Autorização de residência de curta duração e autorização de residência permanente.
- (D) Autorização de residência temporária e autorização de residência vitalícia.

19. A renovação de autorização de residência temporária deve ser solicitada pelos interessados:

- (A) Até 30 dias antes de expirar a sua validade.
- (B) Até 40 dias antes de expirar a sua validade.
- (C) Até 60 dias antes de expirar a sua validade.
- (D) Até 90 dias antes de expirar a sua validade.

20. Tem direito ao reagrupamento familiar:

- (A) Qualquer familiar, mesmo que por afinidade.
- (B) Apenas o cônjuge e filhos menores.
- (C) Os filhos maiores a cargo do casal ou de um dos cônjuges, desde que sejam solteiros e se encontrem a estudar num estabelecimento de ensino em Portugal.
- (D) Filhos adotados, independentemente da idade.

FIM